

A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PARA ALÉM DAS QUESTÕES DOCUMENTAIS

Elaine de Brito Carneiro ¹
Rosane Moreira Silva de Meirelles ²

RESUMO

Os princípios da pesquisa nos cursos superiores de licenciatura em Educação Física (EF) devem estar alinhados as resoluções que definem as diretrizes curriculares para o funcionamento dos cursos, assim como contemplados nos projetos pedagógicos de curso (PPC) das IES. Desta forma, os pressupostos teóricos e metodológicos deverão ser delineados para comporem as suas matrizes curriculares. Sendo assim, este artigo apresentou como objetivo investigar o lugar da Iniciação Científica (IC) no PPC dos cursos de licenciatura em EF de três IES Públicas Federais do Estado do Rio de Janeiro. Para a realização da pesquisa foi utilizada a análise documental (GIL, 2008) do PPC dos cursos investigados, assim como das legislações vigentes (BRASIL, 2002, 2004, 2015). Os resultados mostraram que as Instituições de Ensino Superior (IES) vêm realizando um esforço em incentivar seus alunos a participarem de programas de IC e de grupos de pesquisa. Entretanto, é notória a necessidade de maior expansão dos programas de IC nos cursos investigados.

Palavras-chave: Iniciação Científica, Pesquisa, Educação Física, Formação Inicial, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

A formação dos profissionais de Educação Física (EF) até a criação das Diretrizes Curriculares de 2001 passou por alguns períodos distintos (SOUZA NETO, 1999, 2004; SOARES JR. 2010). A EF, num primeiro momento, marcada pelo currículo de 1939 esteve sob a influência das instituições militares, médicas e esportivas, onde o professor de Educação Física desempenhava o papel de instrutor passando a técnico desportivo. Posteriormente, com a eliminação do currículo mínimo de 1969, entra em vigor o terceiro currículo, havendo a

¹Doutoranda em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (IOC-Fiocruz), ebritocarneiro@gmail.com;

² Orientadora no Programa *Stricto Sensu* em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (IOC-Fiocruz), professora adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), rosanemeirelles@gmail.com,
(83) 3322.3222

possibilidade da inserção da pesquisa através de disciplinas que pudessem abordá-la visto as instituições ficarem responsáveis pela elaboração dos seus currículos (SOARES JR., 2010). Esse novo currículo também possibilitou a formação em Educação Física em bacharelado e licenciatura (BRASIL, 1987).

Um novo período ocorreu a partir do estabelecimento do Parecer CNE/CP nº 9/2001 e a Resolução CNE/CP nº 01/2002 que estabeleceram as Diretrizes Curriculares para os cursos de licenciatura, inclusive o da EF (SOARES JR., 2010).

Atualmente, os cursos de licenciatura em Educação Física vigoram segundo as Resoluções nº1/2002 e a nº 2 de 1º de julho de 2015, que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, sendo esses cursos os de licenciatura, de formação pedagógica para graduandos e cursos de segunda licenciatura, como também para a formação continuada.

Embora no mês de dezembro do ano de 2018, novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física tenham sido instituídas, através da Resolução CNE/CES nº 6, esses cursos ainda continuam sendo geridos pela Resolução nº 7, de 31 de março de 2004 que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais tanto para os cursos de licenciatura quanto para os de bacharelado em Educação Física.

Ao comparar a Resolução nº 2/2015 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (os cursos de licenciatura, os cursos de formação pedagógica para graduandos e cursos de segunda licenciatura), assim como para a formação continuada, com a Resolução nº1/2002, a palavra “pesquisa” aparece dezessete vezes no corpo do texto, enquanto neste último documento, uma única vez. Em relação ao termo “Iniciação Científica” na Resolução nº 2/2015 foi citada duas únicas vezes e na Resolução nº 1/2002 não foi citada uma única vez. No que tange a formação de profissionais do magistério, prevista no artigo 5º da Resolução nº 2/2015, observamos a presença da pesquisa nos incisos II e III.

Art. 5º: A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a):

II - à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a educação básica. (BRASIL, 2015)

Desta forma, entende-se que os princípios da pesquisa nos cursos superiores de licenciatura em Educação Física devem estar alinhados com esta Resolução e contemplados nos projetos pedagógicos de curso (PPC) das IES. Será a partir do PPC que os pressupostos teóricos e metodológicos serão delineados passando a compor as suas matrizes curriculares.

Neste sentido, este artigo apresentou como objetivo de pesquisa investigar o lugar da IC no PPC dos cursos de licenciatura em EF de três IES Públicas Federais do Estado do Rio de Janeiro. Para isso, o conceito de IC utilizado foi o de “um projeto de pesquisa elaborado e desenvolvido sob orientação de um docente da universidade, realizada com alunos com ou sem bolsa de pesquisa” (MASSI E QUEIRÓZ, 2015).

PERCURSO METODOLÓGICO

Para a realização deste estudo, adotou-se a pesquisa documental onde analisamos o PPC de três cursos de Licenciatura em Educação Física de três IES Públicas Federais do Estado do Rio de Janeiro, assim como as legislações que regem os mesmos.

Na pesquisa documental os materiais de análise podem ser dos mais variados tipos e serem trabalhados e reelaborados de acordo com o objeto da pesquisa (GIL, 2008). A principal diferença entre a pesquisa documental e a bibliográfica diz respeito à fonte consultada desses materiais (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Os documentos podem ser escritos ou não, os quais incluem diários, documentos de entidades públicas e privadas, gravações, correspondências, fotografias, filmes, mapas, entre outros (GIL, 2008).

No campo da educação, essas fontes documentais podem ser as mais distintas, como Projeto Político Pedagógico (PPP), legislações, portarias entre outros. Isto posto, buscamos identificar o lugar da IC nesses documentos tanto no PPC, quanto nos documentos oficiais.

Em relação às etapas seguidas para a realização deste estudo, partiu-se inicialmente para uma revisão bibliográfica, onde os trabalhos que abordavam a temática da IC de diferentes áreas, assim como os da EF foram analisados.

A partir de então, após realizar uma leitura criteriosa desses estudos, a nossa amostra foi delimitada em função da tradição e localização geográfica dessas instituições no Estado do Rio de Janeiro. Os três cursos escolhidos para a realização deste estudo foram os de Licenciatura

em EF da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ.

Sendo assim, o interesse em investigar a presença da pesquisa e da IC no PPC dos cursos de licenciatura das IES Públicas Federais do Estado do Rio de Janeiro é deveras pertinente visto que as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002) já orientavam a inserção da pesquisa nos currículos dos cursos de Licenciatura das IES, incluindo os demais cursos de Educação Física espalhados pelo Brasil.

Nesse caminho, ao pensarmos na pesquisa e no ensino como atividades indissociáveis, Demo (2014, 2015) defende que o processo formativo ocorre junto com o processo de construção do conhecimento e, que mais do que o mercado, é a produção própria de conhecimento que irá diferenciar os países desenvolvidos dos emergentes.

Lüdke (2012), entende que “uma boa formação teórica vai ajudar o professor a conhecer melhor os problemas e as características da realidade que cercam a escola em que atua, tanto no âmbito imediato como no mais amplo” (p.32).

DESENVOLVIMENTO

Massi e Queiroz (2010), ao realizarem um levantamento das publicações acadêmicas sobre a Iniciação Científica no Brasil, compreendidas no período de 1983 ao primeiro semestre de 2007, observaram que embora as atividades de IC fossem amplamente disseminadas no Brasil, não havia muitos estudos sobre essa temática.

Botelho, Miranda e Santos (2002), em estudo intitulado “Dez anos de iniciação científica na UERJ: a produção discente na área da Educação Física”, se deparou com um dos primeiros trabalhos sobre a IC na EF. Este estudo, do ano de 1999, discutiu questões sobre a Pós-graduação e a IC na área da EF.

No trabalho *Pesquisa e Formação Inicial na Educação Física: algumas considerações*, os autores Both e Malavasi (2006) realizaram uma revisão bibliográfica que apresentavam pontos pertinentes à pesquisa na graduação em EF. Nesse sentido, os autores comunicaram que a pesquisa em EF é realizada, em geral, no último ano da graduação, através dos trabalhos de conclusão de curso.

Ao analisar o campo acadêmico da Educação Física no Brasil e o surgimento dos programas *stricto sensu* da área, se observou que o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Neste sentido, é importante destacar que a pesquisa na área da Educação Física, no Brasil, se desenvolveu a partir da década de 1970, sendo possível identificar avanços nos debates assim como o surgimento de entidades científicas. Exemplo disso é o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e o Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS) (Hallal e Melo, 2017). Entre as ações do CBCE encontram-se a realização de um congresso de dois em dois anos e a edição da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), que está indexada em indicadores internacionais e reconhecida como de grande qualidade no sistema Qualis/Capes (CBCE, 2018).

Além dos impactos do discurso científico na graduação, a pós-graduação em Educação Física também sofreu importantes influências com a expansão dos programas *stricto sensu* (Hallal e Melo, 2016). Em 1977 o primeiro programa de mestrado em Educação Física da USP, é criado, e partir desta data e novos programas *stricto sensu* na área começaram a surgir (Amadio, 2007). Em 1989, a USP novamente foi a pioneira, criando o curso de doutorado em Educação Física.

Assim sendo, ao analisar o 2º parágrafo, do 1º art. Do capítulo 1 da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, foi observada a seguinte orientação quanto ao PPC.

As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

Neste mesmo capítulo, desta resolução, encontra-se outra referência ao PPC para as licenciaturas no art. 4º:

Art. 4º A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Já na alínea a, do Inciso III, do capítulo IV, da resolução acima, foi possível identificar que a IC deve estar contemplada no núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, assim como os seminários e estudos curriculares, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição.

Da mesma forma, a IC também aparece no inciso IV, do capítulo V, que prevê nas diretrizes a presença de 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes. Desta forma, a partir da aproximação com essas referências foi analisado a presença da IC no PPC dos cursos investigados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise do PPC dos cursos, foi possível identificar que os programas de IC aparecem destacados nesses documentos principalmente na seção que se refere as atividades complementares.

O PPC da IES nº 1, prevê que os professores devem incentivar a produção acadêmica dos alunos e procurar alternativas para difundi-la em eventos científicos como a Jornada de Iniciação Científica, assim como em periódicos, livros, entre outros. Sendo assim, os programas de IC estão previstos nas atividades complementares (mínimo de 200 horas) que devem ser incrementadas durante todo o curso através de mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, com estudos e práticas independentes, presenciais e/ ou à distância. Quanto a carga horária por atividade complementar, o aluno que participar de programas de IC com no mínimo 20 e no máximo 60 horas lhe será concedido 8 horas de atividades complementares. Enquanto ao participarem de no mínimo 60 horas e no máximo 100 horas, aos alunos lhes serão concedidos 15 horas.

Já na IES nº 2, a IC apareceu em um dos princípios norteadores que prevê a pesquisa como princípio científico e educativo, valorizando como fator importante a imersão dos estudantes no contexto da pesquisa. O PPC da IES nº 2 menciona que os professores e alunos estão engajados em projetos aprovados em órgãos de fomento à pesquisa através de editais do CNPq e FAPERJ, além dos programas institucionais como PIBID, PIBIC e PROIC, sendo oferecidas bolsas de iniciação científica (PROIC e PIBIC) pela própria universidade ou pelas agências de fomento FAPERJ e CNPq. Foi observado no PPC da IES nº 2 o Núcleo dos Componentes da IC que propõem a sistematização e o desenvolvimento de produção científica e pesquisas acadêmicas através de algumas disciplinas. Quanto ao requisito para a atribuição de carga horária em atividades complementares, o aluno que apresentar bolsa de IC durante um

semestre, lhe será concedido 30 horas de atividades complementares. E a participação em resumos e anais de Eventos Científicos publicados a partir de Congressos, Simpósios, Jornadas de Iniciação Científica e de Extensão, lhe é concedido 5 horas.

No PPC da IES nº 3, a Iniciação Científica aparece também como uma das possíveis atividades complementares a serem cursadas pelos alunos, entre outras, como: Disciplinas Eletivas, Monitoria, Projetos de Ensino, Projetos de Extensão, Estágios, Cursos de Extensão em áreas afins, participação em Congressos, Seminários e Encontros Científicos, Eventos Culturais e Esportivos, Colóquios e Palestras em áreas afins e Representação Estudantil. Entretanto, não menciona o critério de distribuição de horas para as atividades desenvolvidas em programas de IC.

Apoiado nos estudos de Schön, Carr e Kemmis, Avalos, Tatto, Zeichner, entre outros estudiosos, Diniz-Pereira (2011) descreve três modelos de formação docente e afirma ser o modelo da racionalidade técnica, caracterizado pela aplicação racional de uma teoria científica ou de uma técnica na resolução de questões educacionais, o mais difundido na formação docente.

Já os modelos práticos surgiram desde o início do século XX, correspondendo a modelos alternativos de formação de professores, entendendo a educação enquanto um processo complexo e sujeita a alterações. Esses modelos apresentam como objetivo superar os entraves pertinentes ao modelo positivista de formação de professores presentes no modelo de racionalidade técnica (DINIZ-PEREIRA, 2011, p. 25).

E os modelos críticos de formação docente são historicamente contextualizados e projetam o futuro que se deseja construir através da educação. O pano de fundo para que isso aconteça considera fatores sociais e históricos da sociedade, não apresentando assim um posicionamento neutro como ocorre nos modelos anteriores. Assim sendo, a educação é historicamente localizada, é considerada uma atividade social e intrinsecamente política e problematizadora. Desta forma, a pesquisa educacional está impregnada de uma visão crítica e estratégica, onde a participação na pesquisa pode ser tanto do professor quanto do aluno (DINIZ-PEREIRA, 2011).

Em estudo realizado por Freire, Verenguer e Reis (2002), os autores defenderam a necessidade de integração da disciplina de metodologia da pesquisa a outros conteúdos e atividades de extensão permitindo assim o processo investigativo por parte dos alunos dos cursos de EF. Talvez esta seja uma estratégia interessante no sentido de promover o incentivo e desenvolvimento da pesquisa ainda na graduação a partir de situações concretas vivenciadas

pelos alunos durante toda a sua formação inicial e não somente em práticas esporádicas como as previstas nas atividades complementares segundo a Resolução nº 2/2015 (BRASIL, 2015).

Já Peluso (2013) que propôs investigar o lugar destinado à pesquisa científica na formação inicial de professores de EF, analisando a grade curricular de uma Universidade Federal do Rio de Janeiro e ouvindo os relatos dos alunos, identificou que havia um desconforto na produção de trabalhos científicos ao final do curso e muito em função da falta de atividades de produção acadêmica ao longo da graduação.

Isto posto, este estudo identificou que existe uma carência de vivências de atividades de pesquisas científicas anteriores ao desenvolvimento do TCC, sendo o lugar dedicado à pesquisa configurado apenas na realização do trabalho final de curso (PELUSO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram que a IC se encontra inserida principalmente enquanto prática a ser desenvolvida em uma das atividades complementares que por determinação da Resolução de 2015 prevê que o aluno apresente 200 horas nesse requisito.

Deste modo, a IC enquanto prática de pesquisa é pouco incentivada no PPC das IES investigadas, assim como nas legislações que regulamentam o funcionamento dos cursos de licenciatura, de forma geral, especificamente, os de licenciatura em Educação Física. Entretanto, foi identificado um avanço se comparado a algumas décadas atrás, onde a pesquisa não era contemplada no currículo de formação profissional em EF.

Neste sentido, os dados levantados mostraram que a IC ainda é uma atividade desprestigiada nos cursos de licenciatura em EF, e embora as Instituições de Ensino Superior (IES) venham realizando um esforço no sentido de incentivar seus alunos a participarem de programas de IC e de grupos de pesquisa, ainda assim é notória a necessidade de maior expansão desses programas.

Espera-se, neste sentido, um maior esforço por parte dos docentes das IES investigadas no sentido de ofertarem um maior número de programas de IC, elevando a qualidade na formação e incentivando o crescimento e fortalecimento da pesquisa na área.

Da mesma forma, acreditamos que reformulações nas legislações que regulamentam os cursos superiores e um maior investimento em pesquisa na graduação seja algo premente e inadiável.

REFERÊNCIAS

AMADIO, A. C. Consolidação da Pós-graduação “stricto sensu” da escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo: trajetória acadêmica após 30 anos de produção. *Revista brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, v.21, p.25-36, dez. 2007.

BOTELHO, R. B.; MIRANDA, D. C. S.; SANTOS, D. M. B. dos. Dez anos de Iniciação Científica na UERJ: a produção discente na área da educação física. In: SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 11., 2002, Rio de Janeiro. **Livro de resumos**. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Capacitação e Apoio à Formação de Recursos Humanos, 2002. p. 133-134.

BOTH, J.; MALAVASI, L.M. Pesquisa e formação inicial na Educação Física: algumas considerações. **Buenos Aires: Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes**, v.11, n.102, 2006. p.01-06.

BRASIL. **Lei 5.540**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Brasília, 28 de novembro de 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 03**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília, 16 de Junho de 1987. Disponível em: http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02**. Duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, 19 de fevereiro de 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 07/2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília, 31 de março de 2004.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 1º de julho de 2015.

CBCE. A **História do CBCE**. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/historia.php>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

BUARQUE, C. Universidade e Democracia. **REVISTA USP** [on line], São Paulo, n.78, p. 68-77, junho/agosto 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1079>.

DEMO, P. **Pesquisa: Princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermans**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

_____. Educação científica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetininga, SP, v. 1, n. 1, [p. 02-22], maio 2014. Disponível em: <<http://itp.ifsp.edu.br/ojs/index.php/IC/article/view/10/421>>. Acesso em: mar. 2019.

_____. **Educar pela pesquisa**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

DINIZ-PEREIRA, J. E. A pesquisa dos educadores como estratégia para construção de modelos críticos de formação docente. In: DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K. M. (Orgs.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 11-42.

_____. Da racionalidade técnica à racionalidade crítica: formação docente e transformação social. *Perspec. dial.: Rev. Educ. Soc.*, Naviraí, v.01, n.01, p. 34-42, jan-jun.2014.

FREIRE, E. dos Santos, VERENGUER, R. de C. G. e REIS, M. C. da C. Educação Física: pensando a profissão e a preparação profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v 1, n. 1, p. 39-46. 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. & GUINDANI, J. P. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I, n. I, jul. 2009.

HALLAL, PC, MELO, V.A. de. Crescendo e enfraquecendo: um olhar sobre os rumos da Educação Física no Brasil. *Ver. Bras. Ciênc. Esporte* 2017:322-327, v. 39, n. 3.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1987.

MASSI, I., e QUEIROZ, S. L. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 173-197, ja./abr. 2010.

_____. (Org.). **Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro**. [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, 160 p. ISBN 978-85-68334-57-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

PELUSO, D. L. O incentivo à pesquisa científica na formação inicial de professores de Educação Física. **Anais** do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace) e V Congresso Internacional de Ciência do Esporte (Conice). Brasília-DF. Ago/2013.

SOARES JR., N. E. **O lugar da pesquisa no currículo da formação inicial dos professores da Educação Física**. 2010. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SOUZA NETO, S. A educação física na universidade: licenciatura-bacharelado – as propostas de formação e suas implicações teórico-práticas. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1999, 350p.

SOUZA NETO, S. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.